

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 22/95.

Departamento de Comissões

Projetos de:

Lei Complementar nº 80/95

Emenda à Lei Orgânica nº

PROCESSO Nº

Data: 19.06.95

Assinatura: 0:40/12

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

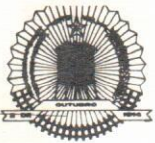
Atendendo solicitação dos nobres vereadores Inácio Azevedo e Paulo Moraes e, sobretudo, visando regularizar pleito formulado por proprietários de estabelecimentos de ensino particulares, submeto ao elevado descortino de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei Complementar nº 09 /95, invocando o disposto no art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

Esse procedimento por parte do Executivo Municipal, se, de um lado, serve para instigar esses contribuintes a recolherem a metade do valor devido em condições favoráveis, reduzindo-se, assim, o máximo de penalidades, de outro, evidencia a preocupação e aquiescência de representantes do Poder Legislativo com a deliberação desse problema, consoante declarações dos próprios contribuintes.

Desse modo, soluciona-se mais uma pendenga de cunho social e, principalmente, busca-se incrementar a receita municipal, através da concessão de benefícios que estimulem os inadimplentes a quitarem seus débitos para com o tesouro municipal.

Porto Velho, 13 de junho de 1995.

JOSÉ ALVES VIEIRA GUEDES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09 DE 13 DE JUNHO DE 1995.

Projeto de:
Lei Complementar Nº 80/95
Ementa da Lei Orgânica Nº _____

PROCESSO Nº _____

Data: 19.06.95

Horário 9h40m

Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ISSQN, incidente sobre fato gerador ocorrido no período de 01 de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, art. 87, combinado com o inciso IV, do art. 67 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º - Aplicar-se-á, na prestação dos serviços a que se refere o item 38 da lista constante do art. 43 da Lei nº 1.008/91, o preço do serviço, deduzido o percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre fato gerador ocorrido no período de 01 de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 1993.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.